

EDITAL

P M S B

TOMADA DE PREÇOS – Nº 00.003/2017 - TP

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Benedito, com sede à Rua Paulo Marques, nº 378, Centro, São Benedito, Ceará, torna público para conhecimento dos interessados que **às 08:00 horas do dia 11 de AGOSTO de 2017**, na sala de reuniões no endereço acima citado, em sessão pública, dará início aos procedimentos de recebimento e abertura de documentos de habilitação e de propostas de preços da licitação na **Modalidade Tomada de Preços, Tipo de Licitação MENOR PREÇO POR LOTE**, sendo os setores interessados as **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO E FUNDO GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE**, mediante as condições estabelecidas no presente Edital, tudo de acordo com a Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e Lei Complementar nº 123/2006.

Compõem-se este Edital das partes A e B, como a seguir apresentadas:

PARTE A- Condições para competição, julgamento e adjudicação. Em que são estabelecidos os requisitos e as condições para competição, julgamento e formalização do contrato.

PARTE B – ANEXOS

ANEXO	I	Especificações e Orçamento Básico
ANEXO	II	Proposta Padronizada
ANEXO	III	Modelo de Recibo de Garantia de Proposta
ANEXO	IV	Minuta do Contrato
ANEXO	V	Modelo de Carta Fiança
		ANEXO VI – Declarações

DAS DEFINIÇÕES:

Sempre que as palavras indicadas abaixo ou os pronomes usados em seu lugar aparecerem neste documento de licitação, ou em quaisquer de seus anexos, eles terão o significado determinado a seguir:

A) **CONTRATANTE – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO, através da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO E FUNDO GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE.**

B) **PROPONENTE/CONCORRENTE/ LICITANTE** - Quem apresenta proposta para o objetivo desta licitação;

C) **CONTRATADA** – vencedora desta licitação em favor da qual for adjudicado o Contrato.

D) **CPL** – Comissão Permanente de Licitação do Município de São Benedito.

Cópia do Edital e seus anexos encontra-se, a disposição dos interessados no endereço supramencionado, sempre de segunda às sextas-feiras, das 8h às 12h, devendo ser paga a quantia de **R\$ 10,00**, através de DAM no Setor de Arrecadação do Município, pelo custo da reprodução ou gratuitamente através do site www.tcm.ce.gov.br.

1. DO OBJETIVO

1.1. A presente licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACESSORIA CONTÁBIL PARA DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE BEM COMO CONTRATAÇÃO DE ACESSORIA E CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DO PPA 2018-2021**, conforme especificações do Anexo I deste Edital.

1.2. Os serviços serão realizados através de exame sistemático dos processos de despesas referentes às etapas de licitação e contratação, de acordo com edital e seu anexo I.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

2.1. Poderão participar desta licitação pessoa jurídica que atuem no ramo, localizada em qualquer unidade da Federação, devidamente cadastrados no GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO, ou os que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento dos documentos de habilitação e propostas de preços (Art. 22, § 2º, da Lei nº 8.666/93);

2.2. Poderão participar desta licitação empresas que atuem no ramo, localizada em qualquer Unidade da Federação, sob a denominação de sociedades (sociedades em nome coletivo, em comandita simples, em comandita por ações, anônima e limitada) e de sociedades simples (associações e fundações) - exceto sociedade cooperativa, que atendam a todas as condições exigidas neste edital, inclusive tendo seus objetivos sociais ou cadastramento compatíveis com o objeto da licitação.

2.3 - Não poderão participar licitantes com sócios, cooperados, diretores ou representantes comuns.

2.3.1 - Se antes do início da abertura dos envelopes de habilitação for constatada a comunhão de sócios, diretores ou representantes entre licitantes participantes, somente uma delas poderá participar do certame.

2.3.2 - Se constatada a comunhão de sócios, diretores, representantes ou responsáveis técnicos entre licitantes participantes após a abertura dos envelopes de habilitação, tornará inabilitadas as referidas empresas, não podendo participar da fase posterior do certame, uma vez que tal fato quebra o sigilo das propostas contrariando o Art. 3º da lei 8.666/93.

2.4 - Não poderão participar desta licitação os interessados que se encontrem em processo de falência ou de recuperação judicial; de dissolução; de fusão, cisão ou incorporação; ou ainda, que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com o Município de São Benedito - Ceará, ou que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como licitantes que se apresentem constituídos na forma de empresas em consórcio.

2.5 - Cada licitante deve apresentar-se com apenas um representante que, devidamente munido de documentação hábil de credenciamento, será o único admitido a intervir nas fases de procedimento licitatório, respondendo assim, para todos os efeitos, por sua representada, devendo ainda, no ato da entrega dos envelopes exibir um documento de identificação com foto expedido por órgão oficial.

2.5.1 Por documento hábil, entende-se:

a) **Procuração pública ou particular específica para a presente licitação**, constituindo o representante, acompanhada de cópia do ato de investidura do outorgante que declare expressamente seus poderes para a devida outorga; Em se tratando de procuração particular, esta deverá vir com firma reconhecida em Cartório.

b) Instrumento que comprove a capacidade de representar a empresa, caso o representante não seja o titular.

2.5.2 - Quando o representante for titular da empresa deverá entregar o original ou cópia autenticada do documento que comprove tal condição.

2.6 - A não apresentação ou incorreção dos documentos de que trata o subitem anterior não implicará na inabilitação da licitante, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela mesma.

2.7 - O interessado em participar deverá conhecer todas as condições estipuladas no presente Edital para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação e apresentação dos documentos exigidos. A participação na presente licitação implicará na total aceitação a todos os termos da TOMADA DE PREÇOS e integral sujeição à legislação aplicável, notadamente à Lei 8.666/93, alterada e consolidada.

2.8 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 2 (dois) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da Lei 8.666/93.

2.9 - Decairá do direito de impugnar os termos do edital, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

- 2.10 - A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- 2.11 - Somente serão aceitas solicitações de esclarecimentos, providências ou impugnações mediante petição confeccionada em máquina datilográfica ou impressora eletrônica, em tinta não lavável, que preencham os seguintes requisitos:
- 2.11.1 - O endereçamento à Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Benedito;
- 2.11.2 - A identificação precisa e completa do autor e seu representante legal (acompanhado dos documentos comprobatórios) se for o caso, contendo o nome, prenome, estado civil, profissão, domicílio, número do documento de identificação, devidamente datada, assinada e protocolada na sede da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de São Benedito, dentro do prazo editalício;
- 2.11.3 - O fato e o fundamento jurídico de seu pedido, indicando quais os itens ou subitens discutidos;
- 2.11.4 - O pedido, com suas especificações;
- 2.12 - Caberá à Presidente da Comissão Permanente de Licitação decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 2.13 - A resposta do Município de São Benedito, será disponibilizada a todos os interessados mediante afixação de cópia da íntegra do ato proferido pela administração em órgão de divulgação oficial e no flanelógrafo do Setor de Licitações do Município de São Benedito, constituirá aditamento a estas Instruções.
- 2.14 - O aditamento prevalecerá sempre em relação ao que for aditado.
- 2.15 - Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório que importe em modificação dos termos do edital será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 2.15.1 - Qualquer modificação neste edital será divulgada pela mesma forma que se deu ao texto original, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3. DA HABILITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Os interessados habilitar-se-ão para a presente licitação, mediante a apresentação dos seguintes Documentos, os quais serão analisados quanto à sua autenticidade e ao seu prazo de validade:

3.1. RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

3.1.1. a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado de todos os aditivos, ou se for o caso do último aditivo consolidado, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhada de documentos de eleição de seus administradores. b) Registro comercial, no caso de empresa individual. c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício. d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

3.1.2 – DOCUMENTO OFICIAL DE IDENTIFICAÇÃO autenticada de todos os sócios ou proprietários, conforme o caso.

3.1.3 – Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pelo Setor de Cadastro do Governo Municipal de São Benedito, dentro do prazo de validade.

3.2. RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

3.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

3.2.3. Prova de regularidade relativa aos tributos Federais e Dívida Ativa da União, com base na portaria conjunta RFB/PGFN nº 1.751 de 02/10/2014;

3.2.4. Prova de regularidade relativa a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante;

3.2.5. Prova de regularidade relativa a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante

3.2.6. Prova de Regularidade relativa ao fundo de garantia por tempo de Serviço(FGTS);

3.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A das Consolidações das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

3.3. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

3.3.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03(três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente assinados por contabilista registrado no CRC, bem como por sócio, gerente ou diretor, acompanhado dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente averbados na JUNTA COMERCIAL da sede ou domicílio do fornecedor ou em outro órgão equivalente;

3.3.1.1 – Para fins de comprovação da boa situação financeira da licitante será considerado o “índice de liquidez Geral” maior ou igual a 1,2, obtido através do seguinte cálculo:

$$\text{Índice de Liquidez Geral (LG)} = \frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}}$$

Onde :

AC é o ativo circulante

PC é o passivo circulante

RLP é o realizável a longo prazo

ELP é o exigível a longo prazo

3.3.2. Certidão Negativa de Falência / Concordata / Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede do Licitante.

3.3.3. Garantia nas mesmas modalidades e critérios previstos no caput e § 1º do Art. 56 desta Lei, no montante de **R\$ 8.990,66 (oito mil, novecentos e noventa reais e sessenta e seis centavos)** para quem for cotar todos os lotes .

Sendo :

-Lote 1 – R\$ 343,33(TREZENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS).

-Lote 2 _ R\$ 7.408,00(SETE MIL QUATROCENTOS E OITO REAIS);

-Lote 3 _ R\$ 1.239,33(UM MIL DUZENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS).

- O licitante deverá colocar o comprovante dentro do envelope de habilitação. Não poderá ser feito por depósito nos caixas eletrônicos, exceto se já estiver creditado na conta da arrecadação.

3.3.3.1. A licitante poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia: caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro garantia, ou por fiança bancária;

3.3.3.1.1. As informações sobre número da conta corrente e agência bancária, será concedida pela Unidade Arrecadadora/Tesouraria-Secretaria de Finanças do Governo Municipal de São Benedito, sito à Rua Paulo Marques, nº 378, Centro, São Benedito - CE.

3.3.3.2. Caso a modalidade de garantia recair em títulos da dívida pública, estes deverão vir acompanhados de laudo de autenticidade e de laudo de valor atribuído aos títulos, com valores atualizados expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários do Banco Central do Brasil, há no máximo um ano, a ser contado do dia da abertura do certame.

3.3.3.3. Caso a modalidade de garantia escolhida seja a fiança bancária, o licitante entregará o documento no original fornecido pela instituição que a concede, do qual deverá obrigatoriamente, constar:

3.3.3.3.1 Beneficiário: GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO.

3.3.3.3.2. Objeto: Garantia da participação na TOMADA DE PREÇOS nº. 00.003/2017 - TP.

3.3.3.3.3. Valor: 1% (um por cento) do valor estimado.

3.3.3.3.4. Prazo de validade: 120 (cento e vinte) dias.

3.3.3.4. Caso a modalidade de garantia seja seguro garantia, o licitante deverá fazer a comprovação da apólice ou de documento hábil expedido pela seguradora, cuja vigência será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data do recebimento dos envelopes;

3.3.3.5. A liberação de qualquer das garantias somente será feita, para o(s) licitante(s) inabilitado(s), após concluída a fase de habilitação, e, para as demais, somente após o encerramento de todo o processo licitatório;

3.3.3.6. A garantia da proposta poderá ser executada;

- a) se o licitante retirar sua proposta comercial durante o prazo de validade da mesma;
- b) se o licitante não firma o contrato;
- c) se o licitante não fornecer a Garantia Contratual.

3.4. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

3.4.1. Atestado de desempenho anterior fornecido por **pessoa jurídica de direito público**, com identificação do assinante, comprovando aptidão da licitante para desempenho de atividades pertinente compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

3.4.2. Prova de inscrição da empresa junto ao Conselho Regional de Contabilidade –CRC da unidade da Federação sede da licitante.

3.4.3- A empresa deverá indicar equipe técnica composta de **04 (quatro) membros**, os quais deverão estar disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como a qualificação de cada um dos membros.

3.4.4- A Equipe técnica indicada pela licitante, conforme o item anterior deverá conter no mínimo **02 (dois) profissionais contadores**, em plena atividade com inscrição no CRC pertencente ao seu quadro de empregados. O vínculo do profissional: CONTADOR deverá ser comprovado mediante cópia da carteira profissional em ficha de registro de empregado, cópia do estatuto, no caso de sócio ou diretor, ou ainda, por meio de contrato de prestação de serviço.

3.4.4.1 - A Licitante deverá comprovar a vinculação dos membros indicados para formar a equipe técnica, por meio de cópia autenticada de um dos seguintes documentos:

- a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e/ou Ficha de Registro de Empregado (FRE) que demonstrem a identificação do profissional, Guia de Recolhimento do FGTS onde conste o(s) nome(s) do(s) profissional(ais);
- b) Contrato de Prestação de Serviço celebrado de acordo com a legislação civil comum;
- c) Estatuto ou Contrato Social, no caso de sócio ou diretor.

3.4.4. Compromissos de participação do profissional advogado indicados pela licitante na equipe técnica, nos quais os mesmos declarem que participarão, permanentemente, a serviço da proponente, dos serviços objeto desta

3.5. OUTROS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PARA TODOS:

3.5.1 - Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei n.º 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

3.752 - Declaração expressa do responsável legal do licitante, de que não existe superveniência de fato impeditivo da habilitação ou redução na sua capacidade financeira que venha a afetar as exigências contidas no edital.

3.5.3 - Declaração da licitante, que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, quando for o caso, firmada por contador e responsável legal da licitante, para se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar no 123/2006 – Lei Geral da Microempresa. As empresas enquadradas no regime diferenciado e favorecido das microempresas e empresas de Porte que não apresentarem a declaração prevista neste subitem poderão participar normalmente do certame, porém, em igualdade de condições com as empresas não enquadradas neste regime.

3.6 – Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, que apresentou a declaração exigida no item anterior, a comprovação de regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

- 3.7 - As microempresas e empresas de pequeno porte, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição
- 3.7.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (CINCO) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 3.7.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 3.8. A documentação apresentada integrará os autos do processo e não será devolvida. Toda a Documentação deverá estar atualizada nos termos da legislação vigente;
- 3.8.1 - Todos os documentos necessários à participação na presente licitação deverão ser apresentados em uma única via original ou cópia autenticada em Cartório.
- 3.8.2 - Cada face de documento reproduzida deverá corresponder a uma autenticação, ainda que diversas reproduções sejam feitas na mesma folha, todos perfeitamente legíveis.
- 3.8.3 - Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preço.
- 3.8.4 - Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à habilitação, à proposta de preço e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.
- 3.8.5 - Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil, por tradutor juramentado.
- 3.9.6 - Caso o documento apresentado seja expedido por instituição que regulamente a disponibilização do documento pela Internet, a CPL poderá verificar a autenticidade do mesmo através de consulta eletrônica.
- 3.9.7 - Caso o documento apresentado seja expedido por instituição pública que esteja com seu funcionamento paralisado no dia de recebimento dos envelopes, a licitante deverá, sob pena de ser inabilitada, apresentar o referido documento constando o termo final de seu período de validade coincidindo com o período da paralisação e deverá, quando do término da paralisação, sob pena de ser inabilitada supervenientemente, levar o documento à CPL nas condições de autenticação exigidas por este edital, para que seja apensado ao processo de licitação. Caso o processo já tenha sido enviado ao órgão de origem da licitação, deverá a licitante levá-lo a esta instituição para que o mesmo se proceda.
- 3.9.8 - Os documentos de habilitação exigidos, quando não contiverem prazo de validade expressamente determinado ou exigidos neste edital, não poderão ter suas datas de expedição superiores a **60 (sessenta)** dias anteriores a data de abertura da presente licitação.
- 3.9.9 - Os documentos apresentados, cópias ou originais, deverão conter todas as informações de seu bojo legíveis e inteligíveis, sob pena de os mesmos serem desconsiderados pela Comissão Permanente de Licitação.
- 3.10 - Os licitantes que apresentarem documentos de habilitação em desacordo com as descrições do item 3 deste edital serão eliminados e não participarão da fase subsequente do processo licitatório.
- 3.11 - Somente será aceito o documento acondicionado no envelope "A", não sendo admitido posteriormente o recebimento de qualquer outro documento, nem permitido à licitante fazer qualquer adendo em documento entregue à Comissão, que requer, se possível, que os documentos não sejam apresentados em forma de espiral, uma vez que tal procedimento danifica as estruturas dos mesmos, dificultando o seu arquivamento.
- 3.12 - A Comissão poderá, também, solicitar original de documento já autenticado, para fim de verificação, sendo a empresa obrigada apresentá-lo no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados a partir da solicitação, sob pena de, não o fazendo, ser inabilitada.
- 3.13 - A solicitação feita durante a sessão de habilitação deverá ser registrada em Ata.
- 3.14 - A documentação deverá ainda ser apresentada obedecendo-se a ordem acima requerida, item a item, carimbada e assinada pelo titular ou responsável pela firma licitante, sendo endereçada e encaminhada à Comissão Permanente de Licitação, em envelope lacrado, contendo a seguinte inscrição

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO N.º 00.003/2017 - TP
ENVELOPE "A" - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL:

4. DA PROPOSTA DE PREÇO

4.1- Será aceito apenas um único envelope contendo a proposta de preços, devidamente lacrado, apresentado juntamente com o envelope de documentação, sobrescrito:

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO N.º 00.003/2017 - TP
ENVELOPE "B" - PROPOSTA COMERCIAL
RAZÃO SOCIAL:

4.2. A proposta de preços deverá ser confeccionada em 01 (uma) via, em papel timbrado, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datadas, assinadas e/ou rubricadas em todas as folhas pelo representante legal da empresa, e com o carimbo do responsável.

4.2.1. Na proposta de preços deverá constar os seguintes dados:

- a) Serviços a serem executados, iguais ao objeto desta licitação;
- b) Preço Global por lote e total de cada item em algarismo e preço total da proposta em algarismo e por extenso;
- c) Prazo de validade da Proposta, que será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias;
- d) Prazo de execução dos serviços será de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado nos casos previstos na lei 8666/93, art. 57, II.

4.2.2. A proposta deverá ser elaborada de forma detalhada, contendo de cada item a sua especificação, a quantidade, a unidade, o preço unitário e o preço total, em algarismo, e o preço total da proposta em algarismo e por extenso.

4.2.2.1. No caso de erro na coluna UNIDADE, a Comissão considerará como correta a Unidade expressa nos Anexos deste edital para o respectivo item.

4.3. Os valores contidos nas propostas serão considerados em moeda corrente nacional (REAL) mesmo que não contenham o símbolo da moeda (R\$);

4.4. Os preços constantes da proposta da licitante deverão conter apenas duas casas decimais após a vírgula, cabendo ao licitante proceder ao arredondamento ou desprezar os números após as duas casas decimais dos centavos.

4.5. Independente de declaração expressa, fica subentendida que no valor proposto estão incluídas todas as despesas necessárias à execução dos serviços.

4.6. O Preço unitário e total por item do serviço cotado, não poderá ser superior ao especificado no **ANEXO I** – Especificações e Orçamento Básico, sob pena de ser a proposta desclassificada.

4.7 - **Será desclassificada a proposta que:**

4.7.1 - Contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

4.7.2 - Estiver em desacordo com qualquer das exigências do presente Edital, em especial ao seu item 4 ;

4.7.3 - Contiver oferta de vantagem não prevista no Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou apresentar preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;

4.7.4 - Apresentar preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

4.7.5 - Apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;

4.7.5.1 - Nessa situação, será convocado o licitante no prazo de 03 (três) dias úteis para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação.

5 - DOS PROCEDIMENTOS

5.1 - Os envelopes "A" - Documentação e "B" - Proposta, todos fechados, serão recebidos pela Comissão no dia, hora e local definidos no preâmbulo deste Edital.

5.2 - Após, a Presidente da Comissão receber os envelopes "A" e "B" e declarar encerrado o prazo de recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido e nem serão aceitos documentos outros que não os existentes nos referidos envelopes.

5.3 - Em seguida, serão abertos os envelopes contendo os documentos exigidos para fins de habilitação. A Comissão examinará os aspectos relacionados com a suficiência, a formalidade, a idoneidade e a validade dos documentos, além de conferir se as cópias porventura apresentadas estão devidamente autenticadas em Cartório.

5.4 - Os documentos de habilitação serão rubricados pelos membros da Comissão, em seguida postos à disposição dos prepostos das licitantes para que os examinem e os rubriquem.

5.5 - A Comissão examinará possíveis apontamentos feitos por prepostos das licitantes, manifestando-se sobre o seu acatamento ou não.

5.6 - Se presentes os prepostos das licitantes à sessão, a Presidente da Comissão fará diretamente a intimação dos atos relacionados com a habilitação e inabilitação das licitantes, fundamentando a sua decisão registrando os fatos em ata. Caberá aos prepostos das licitantes declararem intenção de interpor recurso, a fim de que conste em ata e seja aberto o prazo recursal. Os autos do processo estarão com vista franqueada ao interessado na presença da Comissão.

5.7 - Caso não estejam presentes à sessão os prepostos das licitantes, a intimação dos atos referidos no item anterior será feita através da Imprensa Oficial ou de outro meio de comunicação, para querendo, interpor recurso da decisão da Comissão, iniciando-se no dia útil seguinte à publicação, o prazo de 05 (cinco) dias úteis previsto em lei para a entrega à Comissão das razões e contra razões de recursos a serem interpostos pelos recorrentes. A sessão será suspensa.

5.8 - Decorridos os prazos e proferida a decisão sobre os recursos interpostos, a Comissão marcará a data e horário em que dará prosseguimento ao procedimento licitatório, cuja comunicação às licitantes será feita com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data marcada, através da Imprensa Oficial ou de outro meio de comunicação.

5.9 - Inexistindo recurso, ou após proferida a decisão sobre recurso interposto, a Comissão dará prosseguimento ao procedimento licitatório. Inicialmente, será devolvido ao preposto da licitante inabilitada mediante recibo, o envelope fechado que diz conter a Proposta e demais documentos.

5.10 - Na ausência de qualquer preposto de licitante, a Comissão manterá em seu poder o referido envelope, que deverá ser retirado pela licitante no prazo de 30 (trinta) dias contados da data referida no aviso que marca a data da sessão de prosseguimento do procedimento licitatório, findo este prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

5.11 - Será feita, em seguida, a abertura do Envelope "B". A Comissão conferirá se foram entregues no referido envelope a Proposta.

5.12 - Em seguida, a Comissão iniciará o JULGAMENTO. Inicialmente, serão examinados os aspectos formais da Proposta. O não atendimento a pelo menos uma das exigências deste Edital será motivo de DESCLASSIFICAÇÃO da proposta.

5.12.1 - A Comissão não considerará como erro as diferenças por ventura existentes nos centavos, decorrentes de operações aritméticas, desde que o somatório das diferenças nos centavos não ultrapasse o valor em real correspondente a **0,1 (zero vírgula um por cento) do valor global da proposta da licitante.**

5.13 - A Comissão fará, então, o ordenamento das propostas das demais licitantes não desclassificadas pela ordem crescente dos preços nelas apresentados;

5.14 - No caso de empate entre duas ou mais propostas classificadas, o desempate se fará por sorteio, em sessão pública, para o qual todos os licitantes serão convocados, ou na mesma sessão de julgamento das propostas, observadas as condições de preferência para a microempresa e empresa de pequeno porte.

5.15 - Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, que apresentaram a declaração que comprova esta condição.

5.16 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

5.17 - ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

5.17.1 – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

5.17.2 – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 5.16, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

5.17.3 – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 5.16, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.17.4 - Na hipótese da não-contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

5.17.5 - O disposto nos itens 5.15, 5.16 e 5.17 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.18 - A Comissão, após os procedimentos previstos nos itens anteriores deste capítulo, suspenderá a sessão a fim de que seja lavrada Ata a ser assinada pelos membros da Comissão e pelos prepostos dos licitantes que participam da licitação.

5.19 - Se presentes os prepostos das licitantes à sessão, a Presidente da Comissão fará diretamente a intimação dos atos relacionados com o julgamento das propostas, fundamentando a sua decisão e registrando os atos em ata. Caberá aos prepostos das licitantes se manifestarem sobre a intenção de interpor ou não recurso, a fim de que conste em ata e seja aberto o prazo recursal. Os autos do processo estarão com vista franqueada ao interessado ou interessados na presença da Comissão.

5.20 - Caso não estejam presentes à sessão os prepostos das licitantes, a intimação dos atos referidos no item anterior será feita através da Imprensa Oficial ou de outro meio de comunicação, iniciando-se no dia útil seguinte à publicação, o prazo de 05 (cinco) dias úteis previsto em lei para a entrega a Comissão das razões de recursos a serem interpostos pelos recorrentes. A sessão será suspensa.

5.21 - As dúvidas que surgirem durante as reuniões serão esclarecidas pela Presidente da Comissão, na presença dos prepostos das licitantes.

5.22 - À Comissão é assegurado o direito de suspender qualquer sessão e marcar seu reinício para outra ocasião, fazendo constar esta decisão da Ata dos trabalhos. No caso, os envelopes ainda não abertos deverão ser rubricados pelos membros e se possível por, no mínimo 02 (dois) prepostos de licitantes presentes.

5.23 - A Comissão poderá, para analisar os Documentos de Habilitação, as Propostas e os Orçamentos, solicitar pareceres técnicos e suspender a sessão para realizar diligências a fim de obter melhores subsídios para as suas decisões.

5.24 - Todos os documentos ficam sob a guarda da Comissão Permanente de Licitação, até a conclusão do procedimento.

5.25 - No caso de decretação de feriado que coincida com a data designada para entrega dos envelopes "A" e "B" e suas aberturas, esta licitação se realizará no primeiro dia útil subsequente, na mesma hora e mesmo local, podendo, no entanto, a Comissão definir outra data, horário e até local, fazendo a publicação através da Imprensa Oficial ou de outro meio de comunicação.

5.26 - A Comissão não considerará qualquer oferta de vantagens não prevista neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas propostas das demais licitantes.

5.27 - Ocorrendo discrepância entre qualquer preço numérico ou por extenso, prevalecerá este último.

5.28 - Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, em não havendo intenção de interposição de recurso por parte de licitante, a Comissão poderá fixar às licitantes, prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas nos termos do art. 48 da Lei n.º 8.666/93.

5.29 - Abertos os envelopes contendo as Propostas, após concluída a fase de habilitação, não cabe desclassificar a proposta por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fato superveniente ou só conhecido após o julgamento.

6 . DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

- 6.1. A Comissão emitirá relatório contendo o resultado do JULGAMENTO deste Edital, com classificação das licitantes, que estará assinado pelos membros que dela participaram.
- 6.2. A Homologação desta licitação e a Adjudicação do seu objeto em favor da licitante cuja proposta de preços seja classificada em primeiro lugar serão da competência dos secretários gestores.
- 6.3. Aos respectivos gestores se reserva o direito de não homologar e revogar a presente licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, mediante parecer escrito e fundamentado sem que caiba a qualquer das licitantes o direito.

7 - DO CONTRATO E DA GARANTIA CONTRATUAL

- 7.1. O Município de São Benedito, através das **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE SAUDE, SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO E FUNDO GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE**, e a licitante vencedora desta licitação assinarão contrato, no prazo de até **05(cinco) dias** úteis, contados da data da convocação para este fim expedida pela Contratante sob pena de decair do direito à contratação.
- 7.2. A recusa injusta da licitante vencedora em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pelo órgão contratante caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a a multa de **5,00%** (cinco por cento) sobre o valor total do contrato.
- 7.3. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representantes das **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE SAUDE, SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO E FUNDO GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE**.
- 7.3.1. O representante da Contratante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 7.3.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
- 7.4. Fica a contratada, na obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 7.5. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.
- 7.6. A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, sua ou de preposto, na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- 7.7. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 7.8. A CONTRATADA utilizará, na execução dos serviços, profissionais capacitados e qualificados para tal fim, exceto nas atividades compartilhadas que podem ser desempenhadas por profissionais de outras áreas.
- 7.9. A CONTRATADA **executará os serviços, na sede da Contratante** em local a ser previamente designado por esta, dentro dos padrões e normas.
- 7.10. A CONTRATADA, não assinará documentos ou peças elaboradas por outrem, alheias à sua orientação, supervisão e fiscalização.
- 7.11. A CONTRATADA, deverá manter a Contratante informada sobre o andamento dos serviços, informando-a sempre que se registrarem ocorrências extraordinárias.
- 7.12. A CONTRATADA, guardará sigilo sobre informações e documentos fornecidos pela Contratante, em decorrência dos serviços objeto do presente contrato, adotando medidas internas de segurança.
- 7.13. O prazo para o início da execução dos serviços fica fixado em até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data da assinatura do Contrato e/ou da Ordem de Serviço.
- 7.14. Prazo de vigência do contrato será de **12 (DOZE) meses**, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo entre as partes e, se em conformidade com o art. 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.
- 7.15. Ocorrerá a rescisão do contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial e sem que caiba à Contratada direito a indenização de qualquer natureza, ocorrendo qualquer dos seguintes casos:
- 7.15.1. não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais ou da legislação vigente;

- 7.15.2. lentidão na execução dos serviços, levando a Prefeitura Municipal a presumir pela não conclusão dos mesmos nos prazos estipulados;
- 7.15.3. cometimento reiterado de erros na execução dos serviços;
- 7.15.4. concordata, falência ou dissolução da firma ou insolvência de seus sócios, gerentes ou diretores;
- 7.15.5. o atraso injustificado no início dos serviços ou paralisação dos mesmos sem justa causa e prévia comunicação à Prefeitura Municipal;
- 7.15.6. a subcontratação total ou parcial dos serviços, sem prévia autorização da Prefeitura Municipal, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Instrumento Convocatório e no Contrato;
- 7.15.7. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- 7.15.8. o cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas pelo representante da Prefeitura Municipal, conforme previsto no parágrafo 1º do art. 67 da Lei nº. 8.666/93;
- 7.15.9. alteração social ou a modificação da finalidade ou de estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- 7.15.10. razões de interesse público, de alta relevância de amplo conhecimento, justificados e determinados pela Administração Pública;
- 7.15.11. O atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela Prefeitura Municipal, decorrentes dos serviços, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- 7.15.12. a ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
- 7.16. A rescisão amigável do contrato, por acordo entre as partes, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada dos respectivos secretários do Município de São Benedito.
- 7.17. É facultada à Prefeitura Municipal de São Benedito, quando o convocado não assinar termo do contrato no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, de conformidade com este Edital, ou revogar esta licitação.
- 7.18. O licitante vencedor da presente licitação, a critério da Contratante, se obriga a prestar garantia numa das modalidades abaixo, nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores:
- a) Caução em dinheiro;
 - b) Seguro-garantia;
 - c) Fiança bancária;
 - d) Títulos da Dívida Pública, atendidos os requisitos anteriormente fixados.
- 7.19. A garantia será de 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato.
- 7.20. A liberação ou a restituição da garantia será realizada após a execução da prestação a que se refere o instrumento contratual, nos termos do parágrafo 4º do artigo 56 do citado diploma legal;
- 7.21. Em se tratando de garantia prestada através de caução em dinheiro junto a Comissão Permanente de Licitação - CPL, em conta específica, a mesma será devolvida monetariamente, nos termos do parágrafo 4º Artigo 56 da Lei n.º 8.666/93, e suas alterações posteriores;
- 7.22. A garantia prestada pelo(s) licitante(s) vencedor(es) somente será liberada depois de certificado, pela Prefeitura Municipal de São Benedito, que o objeto contratado foi totalmente realizado a contento;
- 7.23. A liberação da garantia será procedida no prazo de até 10 (dez) dias contados do recebimento do pedido formulado, por escrito, pelo(s) contratado(s).

8. DA ALTERAÇÃO E DOS ACRÉSCIMOS E/OU SUPRESSÕES AO CONTRATO

- 8.1. O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no artigo 65 da Lei Nº 8.666/93, desde que haja interesse da Administração, com a apresentação das devidas justificativas.
- 8.2. À Prefeitura Municipal de São Benedito caberá o direito de promover acréscimos ou supressões nos serviços, até o limite correspondente a **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial do contrato, mantendo-se as demais condições do contrato, nos termos do art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93.

8.3. Caso haja acréscimo ou diminuição no volume dos serviços este será objeto de Termo Aditivo ao contrato.

9. DOS PAGAMENTOS

9.1. A fatura relativa aos serviços executados no período de cada mês civil, deverá ser apresentada às Secretarias de **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO E FUNDO GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE**, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a realização dos serviços, para fins de conferência e atestação.

9.2. O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) através de cheque nominal ou crédito em conta específica, após a apresentação das respectivas faturas, notas fiscais e recibos à tesouraria, juntamente com a CND do INSS, CRF do FGTS, e o contrato correspondentes aos serviços prestados, depois de atestado pelo setor competente.

9.3. O Pagamento será efetuado no prazo máximo de 30(trinta) dias, contados a partir da data do adimplemento da obrigação e em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

9.4. Ocorrendo erro na fatura ou outra circunstância que desaconselhe o pagamento, a CONTRATADA será cientificada, a fim de que tome providências.

9.5. Poderá a CONTRATANTE sustar o pagamento da CONTRATADA nos seguintes casos:

- a) quando a CONTRATADA deixar de recolher multas a que estiver sujeita, dentro do prazo fixado;
- b) quando a CONTRATADA assumir obrigações em geral para com terceiros, que possam de qualquer forma prejudicar a CONTRATANTE;
- c) inadimplência da CONTRATADA na execução dos serviços.

9.6. Havendo prorrogação do prazo de vigência do contrato, conforme previsão legal, por interesse e iniciativa das partes, os preços poderão sofrer reajuste após o período de 12 (doze) meses, tomando como base o índice oficial da variação de preços, o IGPM-FGV.

9.7. Poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos serviços, desde que objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do Art. 65, Inciso II, alínea "d" da Lei 8.666/93, devendo ser formalizado através de ato administrativo.

9.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(Tx / 100)}{365}$$

Tx = IPCA (IBGE)

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

10 - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

10.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

10.2. A Contratada ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das

informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I – advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;
- b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II – multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

- a) de **1%** (um por cento) sobre o valor contratual total, por dia de atraso na execução do objeto ou indisponibilidade do mesmo, limitada a 10% do mesmo valor;
- b) de **2%** (dois por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
- c) de **5%** (cinco por cento) do valor contratual total do exercício, pela recusa em corrigir qualquer serviço rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO**, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.3. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 5 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do item 10.2 supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no inciso IV do mesmo item.

10.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido aos cofres do **MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO** no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e judicial.

10.5. As sanções previstas nos incisos III e IV do item 10.2 supra, poderão ser aplicadas às empresa/entidades que, em razão do contrato objeto desta licitação:

- I – praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- II – demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;
- III – sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

10.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.2 supra poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.7. A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de **5,00%** (cinco por cento)

do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

As sanções previstas no **item anterior** não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com este edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1. As despesas decorrentes desta contratação, no valor total de R\$ 899,066,66(oitocentos e noventa e nove mil sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos) correrão à conta da dotação orçamentária:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO, com recursos previstos na seguinte classificação: Atividade 04.01.1212204022.013- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – Classificação Econômica 33.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA /. Fonte de Recursos: GOVERNO MUNICIPAL – FME

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: 04.02.1236112052.038 – MANUTENÇÃO DO E.F . FUNDEB 40%. Classificação Econômica 33.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA /. Fonte de Recursos: FUNDEB 40%.

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO, com recursos previstos na seguinte classificação: Atividade 05.01.1012204022.043- MANUTENÇÃO DOS SERV. ADM. DA SECRETARIA DE SAÚDE – Classificação Econômica 33.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA /. Fonte de Recursos: GOVERNO MUNICIPAL.

SECRETARIA DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL: com recursos previstos na seguinte classificação: Atividade 06.01.0812204022.057 - MANUTENÇÃO DOS SERV. ADM. DA SECRETARIA DE TRAB. E AÇÃO SOCIAL. Classificação Econômica 33.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA /. Fonte de Recursos: GOVERNO MUNICIPAL

FUNDO GERAL

SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO: com recursos previstos na seguinte classificação: Atividade 03.01.0412304032.009- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO. Classificação Econômica 33.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA /. Fonte de Recursos: GOVERNO MUNICIPAL.

12. DOS RECURSOS

12.1. Das decisões proferidas pela Comissão Permanente de Licitação caberão recursos nos termos do art. 109 da Lei n.º 8.666/93.

12.2. Os recursos deverão ser dirigidos à Presidente da Comissão Permanente de Licitação, interpostos mediante petição datilografada, devidamente arrazoada subscrita pelo representante legal da recorrente, que comprovará sua condição como tal.

12.3. Os recursos relacionados com a habilitação e inabilitação da licitante e do julgamento das propostas deverão ser entregues à Presidente ou a um dos Membros da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Benedito, no devido prazo, não sendo conhecidos os interpostos fora dele.

12.4. Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-los no prazo de 5(cinco) dias úteis.

12.5. Decidido o recurso pela Comissão, deverá ser enviado, devidamente informado, aos Secretários do Município de São Benedito, que proferirão suas decisões.

12.6. Nenhum prazo de recurso se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vistas franqueadas aos interessados.

12.7. Na contagem dos prazos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações sobre esta licitação podem ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Benedito, sito à Rua Paulo Marques, nº 378, Centro, São Benedito, Ceará, de segunda a sexta-feira, no horário de 8h às 12h.

13.2. Sem que caiba aos licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização, fica assegurado à autoridade competente:

- Alterar as condições do presente edital, fazendo a reposição do prazo na forma da Lei;
- Revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado.

13.2.1 - A autoridade competente deve anular esta licitação, por ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.3 - Quaisquer esclarecimentos serão prestados pela Comissão Permanente de Licitação, durante o expediente normal.

13.4 - Fica eleito o foro de São Benedito/CE para dirimir qualquer dúvida na execução deste Edital.

São Benedito/CE, 25 de Julho de 2017.


EDSON CLEITON PEREIRA SOUSA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO:

Parecer Jurídico opinando pela aprovação do presente Edital, anexos e minuta contratual, devidamente acostado aos autos.

ANEXO I

ESPEFICICAÇÕES (PROJETO BÁSICO) E ORÇAMENTO BÁSICO (ESTIMADO)

ANEXO I - Especificações e Orçamento Básico.

1-OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACESSORIA CONTÁBIL PARA DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE BEM COMO CONTRATAÇÃO DE ACESSORIA E CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DO PPA 2018-2021.

2- ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

ITEM	UNIDADE ADMINISTRATIVA/SERVIÇO	UNID	QTD.	VR MENSAL R\$	VR GLOBAL R\$
LOTE 1					
01	Elaboração do Plano Plurianual - PPA para o quadriênio 2018-2021.	Serviço	01		
LOTE 2					
02	Serviços de Assessoria e Consultoria Contábil junto ao Fundo Geral do Município de São Benedito.	MÊS	12		
03	Serviços de Assessoria e Consultoria Contábil junto ao FUNDEB do Município de São Benedito.	MÊS	12		
04	Serviços de Assessoria e Consultoria Contábil junto ao FME do Município de São Benedito.	MÊS	12		
05	Serviços de Assessoria e Consultoria Contábil junto ao FMS do Município de São Benedito.	MÊS	12		
06	Serviços de Assessoria e Consultoria Contábil junto ao FMAS do Município de São Benedito.	MÊS	12		
LOTE 3					
07	Serviços de Elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual- LOA, junto a Secretaria de Finanças e Administração do Município de São Benedito.	Serviço	01		
08	Serviços de Elaboração de Prestação de Contas de Governo, junto a Secretaria de Administração e Finanças do Município de São Benedito.	Serviço	01		
09	Serviços de Geração, Processamento e informação dos dados do SIOPE junto ao FME.	Bimestre	06		
10	Serviços de Geração, Processamento e informação dos dados do SIOPS junto ao FMS.	Bimestre	06		
11	Serviços de Geração, processamento e informação dos dados do SICONF - RREO /RGF Bimestral /Quadrimestral e Semestral junto a Secretaria de Administração e Finanças do Município de São Benedito.	Bimestre	06		

3- DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DO DISPÊNDIO

A Administração no intuito de dar suporte aos técnicos da contabilidade e gestores Municipais, visa contratar empresa especializada em contabilidade pública, para aperfeiçoamento qualificado dos serviços para atendimento da legislação em vigor, pertinentes aos serviços objeto do presente instrumento. As crescentes exigências legais, principalmente dos órgãos de fiscalização e controle externo, demandam qualificação técnica em constante aperfeiçoamento para absorver as responsabilidades de um setor público na área contábil-financeira.

4- OS SERVIÇOS CONSISTEM EM:

4.1 - OBJETO

O presente Projeto Básico, estabelece parâmetros para a realização da licitação destinada à seleção de empresa especializada para prestação de serviços técnicos na elaboração do Plano Plurianual- PPA para o quadriênio 2018 a 2021, Orçamento anual, Balanço Geral consolidado, Balanço dos Fundos Especiais e/ou unidades gestoras, Alimentação dos Programas SICONFI, SIOPE e SIOPS bimestralmente exigidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Educação e Ministério da Saúde

SÍNTESE DO OBJETO:

Seleção da proposta mais vantajosa objetivando a contratação de serviços de mão de obra técnica especializada, objetivando assessoria e consultoria, na elaboração do Plano Plurianual 2018-2021, Elaboração das Propostas Orçamentária, Elaboração dos Balanços Geral Consolidados, elaboração dos Balanços dos Fundos Especiais e/ou Unidades Executoras, levantamento de dados e alimentação dos sistema do Governo Federal SICONFI, SIOPE e SIOPS, conforme detalhado neste termo de referência".

JUSTIFICATIVA

A gestão pública brasileira, e em especial a gestão pública municipal, passa por uma grande transformação na atualidade. Desde a implantação do Plano Real em 1994 e de forma mais significativa a partir da entrada em vigor da Lei Complementar 101/2000 de 04/05/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – as cortes de contas, o Ministério Público – seja estadual ou federal – e os diversos conselhos compostos pela sociedade civil organizada tem exigido das gestões municipais um nível de profissionalismo e resultados cada vez mais célere, eficiente e eficaz . Prova disso se dá por exigências que até pouco tempo não existiam, tais como:

1 - Plano Plurianual – PPA (2018 a 2021). Instrumento de Controle de gestão que o Município precisa elaborar a cada quatro anos e adequá-lo anualmente a realidade de cada exercício, demonstrando quanto, aonde e como serão investidos os recursos do Município em longo prazo;

2 - Orçamento Geral Consolidado do Município. Instrumento de Gestão e Controle elaborado anualmente até 01 de outubro de cada exercício em comum acordo com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias. Essa peça traduz em Projetos e Atividades aquilo que a LDO e o PPA apresenta de forma genérica, informando detalhadamente quais as ações, obras e investimentos que o Município irá fazer em benefício da sua população;

3 – Elaboração do Balanço Geral Consolidado do Município. Determinação constitucional no qual o Município precisa apresentar anualmente até 31 de janeiro do exercício seguinte a Prestação de Contas dos recursos recebidos, gastos e saldo em caixa, demonstrando ainda qual foi a evolução patrimonial e

o resultado do exercício;

4 – Elaboração das Prestações de Contas de Gestão dos Fundos Especiais e/ou Unidades Gestoras Determinação constitucional no qual o Município precisa apresentar anualmente até 30 de abril do exercício seguinte a Prestação de Contas dos recursos recebidos, gastos e saldo em caixa, demonstrando ainda qual foi a evolução patrimonial e o resultado do exercício;

5 – SICONFI – Sistema Integrado implementado pela Secretaria do Tesouro Nacional cujo objetivo é acompanhar bimestralmente, quadrimestralmente e anualmente a Gestão Fiscal e Orçamentária do Município, bem como acompanhar os gastos com pessoal, educação, saúde, restos a pagar e pagamentos de precatórios. Com essas informações a STN informa aos diversos órgãos do Governo Federal se o ente está cumprindo com as suas obrigações e metas fiscais e orçamentárias e se conseqüentemente está apto ou inapto a firmar convênios de repasses de recursos.

6 – SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde implementado pelo Ministério da Saúde cujo objetivo é apurar as receitas totais e os gastos em ações e serviços públicos de saúde. Foi institucionalizado no âmbito do Ministério da Saúde, com a publicação da Portaria Conjunta MS/ Procuradoria Geral da República nº 1163, de 11 de outubro de 2000, posteriormente retificada pela Portaria Interministerial nº 446, de 16 de março de 2004. Atualmente, o SIOPS é coordenado pela Área de Economia da Saúde e Desenvolvimento - AESD, da Secretaria Executiva.

Trata-se de um Sistema moderno e informatizado sobre o orçamento e execução dos gastos em saúde do município, seja dos recursos próprios ou aqueles transferidos Fundo a Fundo pelo Governo Estadual e Federal. Esse sistema passa por constantes atualizações onde os gestores municipais têm que alimentá-los Bimestralmente sob pena de não o fazendo ter os recursos bloqueados;

7 – SIOPE - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação cujo objetivo é levar ao conhecimento da sociedade o quanto as três esferas de governo investem efetivamente em educação no Brasil, fortalecendo, assim, os mecanismos de controle social dos gastos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Trata-se de um Sistema moderno e informatizado sobre o orçamento e execução dos gastos em Educação do município, seja dos recursos próprios ou aqueles transferidos Fundo a Fundo pelo Governo Estadual e Federal. Esse sistema passa por constantes atualizações onde os gestores municipais têm que alimentá-los Bimestralmente sob pena de não o fazendo ter os recursos bloqueados;

JUSTIFICATIVA

Conforme demonstrado acima, o grau de conhecimento em administração pública para o cumprimento de tantas obrigações tem que ser elevado e nem sempre o Município detém em seu quadro funcional profissionais com esses conhecimentos nas diversas áreas envolvidas, por isso, e objetivando que o Município e conseqüentemente a população não seja prejudicada pelo descumprimento ou não realização das obrigações que lhes são atinentes, necessários se faz a contratação de uma empresa de assessoria com profissionais detentores de Atestados de Capacidade Técnica que comprovem a prestação dos serviços acima relatados, nos moldes definidos pelo Projeto Básico que acompanha a presente justificativa.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- A empresa deverá apresentar documentação que comprove o vínculo efetivo dos seguintes profissionais:

* **Profissional Contador/Técnico (fundamental)** - devidamente registrado e quite com suas obrigações perante o Conselho Regional de Contabilidade. O vínculo poderá ser comprovado por meio do contrato/estatuto social, Carteira de Trabalho e Previdência Social -CTPS - ou Contrato de Prestação de Serviços. A existência deste profissional no quadro permanente da empresa é obrigatória e motivo de inabilitação caso não apresente documentação comprobatória no processo licitatório;

* **Profissional Administrador (desejável)** - devidamente registrado e quite com suas obrigações perante o Conselho Regional de Administração. O vínculo poderá ser comprovado por meio do contrato/estatuto social, Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS ou Contrato de Prestação de Serviços.

- A assessoria e consultoria se darão no mínimo 02 (dois) dias por semana, podendo ser estendida este prazo por interesse da administração sem qualquer oneração no valor contratual; - Será de responsabilidade da empresa contratada todas as despesas com encargos sociais, impostos, taxas, transporte, alimentação, hospedagem e quaisquer outras que possam advir do cumprimento do contrato;

1 - Assessoria e consultoria prestadas por corpo técnico habilitado em Administração e Contabilidade, para prestação de informações dos seguintes sistemas:

1.1 – Elaboração do Plano Plurianual – PPA:

Tem por finalidade a realização dos seguintes serviços técnicos especializados:

- a. **Elaboração do Plano Plurianual Municipal, 2018-2021**, para execução dos programas e projetos nele explicitados, com vistas a garantir o cumprimento da legislação, em particular a Lei de Responsabilidade Fiscal;
- b. **Disponibilizar na rede mundial de computadores sistema online para receber as sugestões do cidadão participativo**
- c. Promover a participação popular, através de reuniões, seminários e questionários com a participação de representantes das comunidades e suas associações;
- d. Acompanhamento do processo legislativo, dando assistência técnica às discussões da Mensagem e do projeto de lei, durante a tramitação na Câmara Municipal.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

. Elaboração do PPA.

- Disponibilização de ferramenta online para que o cidadão possa participar através da rede mundial de computadores.
- Reunião com todos os Dirigentes máximos dos órgãos municipais

- Levantamentos Preliminares

- . Orçamentos 2013-2017 - Balanço 2013-2016
- . Planos Setoriais de cada Secretaria e Unidade Administrativa, (se houverem)

. Informações geo-sócio-econômicas do município
Fontes: IBGE/IPECE (a cargo da equipe de elaboração)

- Envolvimento Social

. Realização de 01 (uma) audiência pública com representantes dos distritos, associações, líderes empresariais, do clero, do legislativo e outras instituições relevantes.

. Oportunidade em que a sociedade envolvida discutirão as suas potencialidades e necessidades, indicando as ações e projetos que devem ser desenvolvidas nos distritos para promover o seu desenvolvimento

B. DOCUMENTO FINAL

- Consolidação do Material coletado

. Planos Setoriais, Políticas Públicas Federais e Estaduais, Relatórios dos Grupos Sociais e de Lideranças

- Definição das Propostas as Funções

- Adequação do PPA à concepção orçamentária, simplificando o controle da execução.

- Entrega ao Executivo

. Data: Até 25.08.2017

- Entrada no Legislativo

. 30.08.2017

C. TRAMITAÇÃO LEGISLATIVA

- Participação nas discussões legislativas convocadas pela Câmara

2 - Assessoria e consultoria prestadas por corpo técnico habilitado em Contabilidade para:

2.2 – Orçamento Geral Consolidado do Município;

Tem por finalidade a realização dos seguintes serviços técnicos especializados:

A elaboração em consonância com o planejamento estratégico em médio prazo do município, além de observar as prioridades, as diretrizes, as áreas de resultado e os programas definidos no Plano Plurianual de Ação – PPA de 2018 - 2021.

Tendo em vista de que o PPA para o quadriênio 2018-2021 ser aprovado após a promulgação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, as prioridades e Metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2018 serão definidas através de Lei que instituir o Plano Plurianual 2018/2021 e, encaminhadas a Câmara Municipal, através de lei específica após a aprovação do PPA a fim de serem inseridas na LDO

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

Serão apresentando os seguintes anexos

- 1- Texto da Lei;
 - 2- Consolidação dos quadros orçamentários;
 - 3- Anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
 - 4- Discriminação da legislação da receita, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.
- 5 - Elaboração dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II desse artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, incisos III, IV, e parágrafo único da Lei nº 4.320/64, e do MPCASP 7º Edição os seguintes demonstrativos:
- I - Quadro resumo da estimativa da receita total do Município, por categoria econômica e segundo a origem dos recursos;
 - II – quadro resumo da estimativa da receita total do Município, por rubrica e categoria econômica e segundo a origem dos recursos;
 - III – quadro receita arrecadada dos três últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta;
 - IV – Quadro da receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;
 - V – Quadro da receita prevista para o exercício a que se refere a proposta;
 - VI – Quadro da despesa realizada no exercício imediato anterior;
 - VII – Quadro da despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta;
 - VIII – Quadro da despesa fixada para o exercício a que se refere a proposta;
 - IX - Demonstrativo de aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, na forma da Legislação que dispõe sobre o assunto;

Devera ser apresentada conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, expressa por categoria de programação, indicando-se, para cada uma, no seu menor nível de detalhamento:

- Levantamentos Preliminares

- . Orçamentos 2013-2017 –
- . Balanço 2013-2016
- . Proposta por Secretarias órgãos, fundo Especiais e/ou Unidades Gestoras

- Envolvimento Social

- . Realização de Audiência Pública com a população

B. DOCUMENTO FINAL

- Definição das Receitas
- Definição das Despesas

- Elaboração do Projeto de Lei contendo as metas e prioridades para serem inseridas na LDO.

- **Entrega ao Executivo**
. Data: Até 25.08.2017
- **Entrada no Legislativo**
. 30.08.2017

2.3 – Elaboração do Balanço Geral Consolidado do Município

FINALIDADE

Apresentar anualmente a respectiva câmara municipal, inclusive com o cadastramento e apresentação em meio eletrônico no sistema disponibilizado pelo Tribunal, abrangendo todos os poderes, órgãos, entidades e fundos da administração municipal, conforme a Lei Orçamentária Anual (LOA) a que se refere o Art. 165, §5º, da Constituição Federal de 1988, e, ainda, de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa do TCM 02/2013 MPCASP 7ª Edição. Compreendendo:

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

- 1 – Elaboração do balanço patrimonial, o balanço orçamentário, o balanço financeiro, a demonstração das variações patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração das mutações do patrimônio líquido, todos com suas respectivas notas explicativas, de forma que as demonstrações contábeis devem conter a identificação da entidade do setor público, da autoridade responsável e do contabilista;

 - 2 – Elaboração dos anexos auxiliares da Lei nº 4.320/64 (I, II, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XVI e XVII)

 - 3 – Elaboração relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos e controle patrimonial (NBCASP);

 - 4 – Elaboração do quadro demonstrativo da aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino, na forma do anexo 02 da IN 02/2013 do TCM

 - 5 - quadro demonstrativo da aplicação nas ações e serviços públicos de saúde na forma do anexo 03 da IN 02/2013 do TCM
- **Levantamentos Preliminares**
Relatórios contábeis do exercício de 2016 e 2017
- 6 - DOCUMENTO FINAL**
- Consolidação de todos os Fundos e Unidades Gestoras
 - Geração dos Relatórios
 - Envio ao Tribunal de Contas de Contas dos municípios - TCM

- Entrega nas Unidades
. Data: Até 27/04/2018
- Entrada no Tribunal de Contas dos Municípios
. . Data: Até 25.01.2018
- Entrada no Legislativo
. 30.01.2018

2.4 – Elaboração dos Balanços de Contas de Gestão dos Fundos Municipais e Unidades Gestoras

Tem por finalidade a realização dos seguintes serviços técnicos especializados:

Enviar anualmente ao Tribunal de Contas dos municípios até o dia 30 de abril do ano subsequente através de processo eletrônico no sistema disponibilizado pelo Tribunal, de cada unidade gestora, (entidades, órgãos, entidades e fundos da administração municipal, conforme a Lei Orçamentária Anual (LOA) a que se refere o Art. 165, §5º, da Constituição Federal de 1988, e, ainda, de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa do TCM 02/2013 MPCASP 7ª Edição. Compreendendo:

I - balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, demonstração das variações patrimoniais, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração das mutações do patrimônio líquido, todos com suas respectivas notas explicativas, além dos Anexos I, II, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XVI e XVII da Lei nº 4.320/64, de forma que as demonstrações contábeis devem conter a identificação da entidade do setor público, da autoridade responsável e do contabilista;

II – Demais relatórios elencados nos incisos dos Arts 6º e 7º da Instrução 03/2013 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.

A- Levantamentos Preliminares

Relatórios contábeis do exercício de 2016 e 2017

B. DOCUMENTO FINAL

- Consolidação do Material coletado
- Definição das Propostas as Funções
- Adequação do PPA à concepção orçamentária, simplificando o controle da execução.

- Entrega ao TCM
- Entrega nas Unidades
. Data: Até 27/04/2018
- Entrada no Tribunal de Contas dos Municípios
. de 30/04/2018 a 30/05/2018

2.5 – SICONFI – Sistema Integrado implementado pela Secretaria do Tesou Nacional

FINALIDADE

Efetuar levantamento de dados contábeis e formatar informações em sistema próprio bimestralmente junto a Secretaria do Tesouro Nacional, Compreendendo:

A- Levantamentos Preliminares

- Levantamento de dados
- Verificação das Informações

B. DOCUMENTO FINAL

- Consolidação do Material coletado
- Definição das Propostas as Funções
- Adequação do PPA à concepção orçamentária, simplificando o controle da execução.

- Entrega na Secretaria do Tesouro Nacional - STN

- Trimestralmente

2.6 – SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde

FINALIDADE

Efetuar levantamento de dados contábeis e formatar informações em sistema próprio bimestralmente junto a Secretaria do Tesouro Nacional,. Compreendendo:

A- Levantamentos Preliminares

- Levantamento de dados
- Verificação das Informações

B. DOCUMENTO FINAL

- Formatação das Informações através do sistema fornecido pelo Ministério da Saúde

C Entrega ao Ministério da Saúde através do modulo SIOPS

- Trimestralmente

2.7 - SIOPE - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação

FINALIDADE

Efetuar levantamento de dados contábeis e formatar informações em sistema próprio bimestralmente junto a Secretaria do Tesouro Nacional,. Compreendendo:

A- Levantamentos Preliminares

- Levantamento de dados

- Verificação das Informações

B. DOCUMENTO FINAL

- Formatação das Informações através do sistema fornecido pelo Ministério da Educação

C - Entrega ao Ministério da Saúde através do módulo SIOPS

Trimestralmente

SUPERVISÃO DOS TRABALHOS

A supervisão dos trabalhos ficará a cargo da Gerência de Contabilidade da Secretaria Municipal de Finanças e Administração.

LOCAL DE EXECUÇÃO

Os trabalhos serão executados *in loco*, no endereço da contratante e, quando necessário para complementação dos serviços e relatórios, na sede da contratada ou por suporte remoto utilizando-se qualquer meio de comunicação e tecnologia da informação.

PRAZO DE CONTRATAÇÃO

O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados da ordem de serviço, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, na forma do artigo 57, II da Lei 8.666/93;

VALOR DO CONTRATO

O valor do contrato será aquele obtido no processo licitatório, na modalidade escolhida pela Comissão Permanente de Licitação, respeitando-se os valores médios praticados no mercado.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos dos honorários mensais deverão ser realizados em até 30 dias após a apresentação do protocolo da fatura no setor competente em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO, devidamente instruída pela Secretaria Municipal de Finanças, relativamente aos serviços prestados.

5- FONTE DE RECURSOS

11.1. As despesas decorrentes desta contratação, no valor total de R\$ 899,066,66(oitocentos e noventa e nove mil sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos) correrão à conta da dotação orçamentária:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO, com recursos previstos na seguinte classificação: Atividade 04.01.1212204022.013- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – Classificação Econômica 33.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA /. Fonte de Recursos: GOVERNO MUNICIPAL – FME

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: 04.02.1236112052.038 – MANUTENÇÃO DO E.F . FUNDEB 40%. Classificação Econômica 33.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA /. Fonte de Recursos: FUNDEB 40%.

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO, com recursos previstos na seguinte classificação: Atividade 05.01.1012204022.043- MANUTENÇÃO DOS SERV. ADM. DA SECRETARIA DE SAÚDE – Classificação Econômica 33.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA /. Fonte de Recursos: GOVERNO MUNICIPAL.

SECRETARIA DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL: com recursos previstos na seguinte classificação: Atividade 06.01.0812204022.057 - MANUTENÇÃO DOS SERV. ADM. DA SECRETARIA DE TRAB. E AÇÃO SOCIAL. Classificação Econômica 33.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA /. Fonte de Recursos: GOVERNO MUNICIPAL

FUNDO GERAL

SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO : com recursos previstos na seguinte classificação: Atividade 03.01.0412304032.009- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO. Classificação Econômica 33.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA /. Fonte de Recursos: GOVERNO MUNICIPAL.

6- VALOR ESTIMADO DO INVESTIMENTO

O valor global estimado é de R\$ 899.066,66 (oitocentos e noventa e nove mil, sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos), apurado através da pesquisa de mercado, conforme tabela abaixo:

ITEM	UNIDADE ADMINISTRATIVA/SERVIÇO	UNID	QTD.	Valor médio R\$
	LOTE 1			
01	Elaboração do Plano Plurianual - PPA para o quadriênio 2018-2021.	Serviço	01	34.333,33
	LOTE 2			
02	Serviços de Assessoria e Consultoria Contábil junto ao Fundo Geral do Município de São Benedito.	MÊS	12	182.000,00
03	Serviços de Assessoria e Consultoria Contábil junto ao FUNDEB do Município de São Benedito.	MÊS	12	184.000,00
04	Serviços de Assessoria e Consultoria Contábil junto ao FME do Município de São Benedito.	MÊS	12	114.000,00
05	Serviços de Assessoria e Consultoria Contábil junto ao FMS do Município de São Benedito.	MÊS	12	148.800,00
06	Serviços de Assessoria e Consultoria Contábil junto ao FMAS do Município de São Benedito.	MÊS	12	112.000,00
	LOTE 3			
07	Serviços de Elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual- LOA, junto a Secretaria de Finanças e Administração do Município de São Benedito.	Serviço	01	41.000,00
08	Serviços de Elaboração de Prestação de Contas de Governo, junto a Secretaria de Administração e Finanças do Município de São Benedito.	Serviço	01	33.333,33
09	Serviços de Geração, Processamento e informação dos dados do SIOPE junto ao FME.	Bimestre	06	13.600,00
10	Serviços de Geração, Processamento e informação dos dados do SIOPS junto ao FMS.	Bimestre	06	14.000,00
11	Serviços de Geração, processamento e informação dos dados do SICONF - RREO /RGF Bimestral /Quadrimestral e Semestral junto a Secretaria de Administração e Finanças do Município de São Benedito.	Bimestre	06	22.000,00

PROPOSTA PADRONIZADA

PROPOSTA DE PREÇOS

À Comissão Permanente de Licitação do Município de São Benedito.

O Licitante _____, CNPJ / CPF N.º _____, por seu representante legal abaixo assinado, declara, sob as penas da lei:

Que acata inteiramente os preceitos legais em vigor, especialmente a Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e as condições da **TOMADA DE PREÇOS N.º 00.003/2017 - TP**;

Que, até a presente data não existe fato que invalide o seu CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL – CRC, ora apresentado para fins de habilitação;

Que, para fins de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (inciso V do art. 27 da Lei N.º 8.666/93), não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos;

Que não existem fatos que nos impeçam de participar deste processo licitatório. Assim, assumimos o compromisso de bem e fielmente atender as exigências para a execução do objeto abaixo cotado, caso sejamos proclamados vencedores.

Que assumimos o compromisso de bem e fielmente executar os serviços especificados no anexo I, caso sejamos vencedor(es) da presente licitação.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACESSORIA CONTÁBIL PARA DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE BEM COMO CONTRATAÇÃO DE ACESSORIA E CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DO PPA 2018-2021.

ITEM	UNIDADE ADMINISTRATIVA/SERVIÇO	UNID	QTD	Valor Mensal R\$	Valor Global R\$
LOTE 1					
01	Elaboração do Plano Plurianual - PPA para o quadriênio 2018-2021.	Serviço	01		
LOTE 2					
02	Serviços de Assessoria e Consultoria Contábil junto ao Fundo Geral do Município de São Benedito.	MÊS	12		
03	Serviços de Assessoria e Consultoria Contábil junto ao FUNDEB do Município de São Benedito.	MÊS	12		
04	Serviços de Assessoria e Consultoria Contábil junto ao FME do Município de São Benedito.	MÊS	12		
05	Serviços de Assessoria e Consultoria Contábil junto ao FMS do Município de São Benedito.	MÊS	12		
06	Serviços de Assessoria e Consultoria Contábil junto ao FMAS do Município de São Benedito.	MÊS	12		
LOTE 3					
07	Serviços de Elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual- LOA, junto a Secretaria de Finanças e Administração do Município de São Benedito.	Serviço	01		
08	Serviços de Elaboração de Prestação de Contas de Governo, junto a Secretaria de Administração e Finanças do Município de São Benedito.	Serviço	01		
09	Serviços de Geração, Processamento e informação dos dados do SIOPE junto ao FME.	Bimestre	06		
10	Serviços de Geração, Processamento e informação dos dados do SIOPS junto ao FMS.	Bimestre	06		
11	Serviços de Geração, processamento e informação dos dados do SICONF – RREO /RGF Bimestral /Quadrimestral e Semestral junto a Secretaria de Administração e Finanças do Município de São Benedito.	Bimestre	06		

VALOR GLOBAL: R\$: _____ (.....).

Proponente:

Endereço:

CNPJ:

Prazo de Execução: **12 (DOZE) meses.**

Validade da Proposta: **60 (sessenta) dias.**

Telefone: _____

Email: _____

Local e data:

Assinatura e Carimbo do Proponente

P M S
FLS. N.º 69

ANEXO III

MODELO DE RECIBO DE GARANTIA DE PROPOSTA

RECIBO DE GARANTIA DE PROPOSTA

REF. TOMADA DE PREÇOS N.º 00.003/2017 - TP

DA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO

Secretaria de Finanças

Rua Paulo Marques, nº 378- Altos – Centro -São Benedito – Ceará

Fone:

PARA: (NOME DA EMPRESA)

Endereço:

Fone: ()

MODALIDADE:

N.º DOCUMENTO:

GARANTE:

VALOR: R\$ ()

Conforme disposto na seção 5 do Edital do processo licitatório em epígrafe, RECEBI da empresa acima qualificada o documento acima identificado, entregue a esta administração, para fins de garantia de proposta, pelo que firmamos o presente recibo.

São Benedito-Ceará, ___ de _____ de ____.

AUGUSTO BRITO
Secretário de Finanças

**ANEXO IV
MINUTA DO CONTRATO**

CONTRATO Nº. _____

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO, através da SECRETARIA DE _____, CNPJ-MF, Nº. _____, denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo(a) Sr(a). _____, Secretário(a) Municipal, e do outro lado _____, inscrita no CNPJ / CPF sob o nº _____, com sede na _____, CEP _____, de agora em diante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo(a) Sr(a). _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, têm justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL

1.1 - Constitui objeto do presente contrato, a **PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO PARA DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE BEM COMO CONTRATAÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO E CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DO PPA 2018-2021.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1 - Este contrato fundamenta-se na Lei Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas posteriores alterações, bem como na licitação na modalidade **Tomada de Preços, Nº 00.003/2017 - TP.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA.

3.1. Executar o objeto deste contrato de acordo com as condições e prazos estabelecidos no processo licitatório **Tomada de Preços, Nº 00.003/2017 - TP** e neste termo contratual;

3.2. Encaminhar para o Setor Financeiro da (o) CONTRATANTE as notas de empenhos e respectivas notas fiscais/faturas, juntamente com a CND do INSS, CRF do FGTS, o contrato e a ordem de serviços, correspondentes aos serviços prestados, depois de atestado pelo setor competente;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e ou irregularidades apontadas pela Contratante;

3.4. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até o limite fixado no § 1º, do art. 65, da Lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

3.5. Fica a contratada na obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na **Tomada de Preços, Nº 00.003/2017 - TP.**

3.6 - A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

3.7 - A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

3.8 - A CONTRATADA utilizará, na execução dos serviços, profissionais capacitados e qualificados para tal fim, exceto nas atividades compartilhadas que podem ser desempenhadas por profissionais de outras áreas.

3.09 - A CONTRATADA executará os serviços, na sede da Contratante em local a ser previamente designado por esta, dentro dos padrões e normas.

3.10 - A CONTRATADA, não assinará documentos ou peças elaboradas por outrem, alheio à sua orientação, supervisão e fiscalização.

3.11 - A CONTRATADA, deverá manter a Contratante informada sobre o andamento dos serviços, informando-a sempre que se registrarem ocorrências extraordinárias, e quando solicitada, com emissão de relatórios técnicos.

3.12 - A CONTRATADA, guardará sigilo sobre informações e documentos fornecidos pela Contratante, em decorrência dos serviços objeto do presente contrato, adotando medidas internas de segurança.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

4.1. A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

4.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;

4.3. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

4.4. Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais / Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente, dentro dos prazos determinados no contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

5.1. Prazo de vigência 12 (DOZE) meses, sendo o prazo de execução de **12(doze) meses**, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo entre as partes e, se em conformidade com o art. 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1. Constituem motivo para a rescisão contratual os constantes dos artigos 77, 78 e 79 da Lei Nº 8.666/93, e poderá ser solicitada a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, mediante comunicação por escrito, reconhecido os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR, PAGAMENTO E REAJUSTE

7.1 - O valor global da presente avença é de R\$ _____ (_____), a ser pago mensalmente no prazo de até trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento da obrigação, na proporção dos serviços efetivamente executados no período respectivo, e de conformidade com as notas fiscais/faturas e/ou recibos devidamente atestadas pelo setor competente, observadas a condições da proposta adjudicada e do contrato, conforme especificações abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	PERÍODO		VALOR	
		QUANT.	UNID.	(MENSAL) UNITÁRIO	TOTAL
VALOR GLOBAL DO CONTRATO					

7.2 A fatura relativa aos serviços executados no período de cada mês civil, deverá ser apresentada à Contratante, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a realização dos serviços, para fins de conferência e atestação.

7.3 O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) mensalmente através de cheque nominal ou crédito em conta específica, após a apresentação das respectivas faturas, notas fiscais e recibos à tesouraria, juntamente com a CND do INSS, CRF do FGTS, CND de Tributos Municipais expedida pela Secretaria de Finanças do Município de São Benedito e o contrato correspondentes aos serviços prestados, depois de atestado pelo setor competente.

7.4 O Pagamento será efetuado no prazo máximo de 30(trinta) dias, contados a partir da data do adimplemento da obrigação e em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

7.5 Ocorrendo erro na fatura ou outra circunstância que desaconselhe o pagamento, a CONTRATADA será cientificada, a fim de que tome providências.

7.6 Poderá a CONTRATANTE sustar o pagamento da CONTRATADA nos seguintes casos:

- a) quando a CONTRATADA deixar de recolher multas a que estiver sujeita, dentro do prazo fixado;
- b) quando a CONTRATADA assumir obrigações em geral para com terceiros, que possam de qualquer forma prejudicar a CONTRATANTE;
- c) inadimplência da CONTRATADA na execução do contrato.

7.7 Havendo prorrogação do prazo de vigência do contrato, conforme previsão legal, por interesse e iniciativa das partes, os preços poderão sofrer reajuste após o período de 12 (doze) meses, tomando como base o índice oficial da variação de preços, o IGPM-FGV.

7.8 Poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos serviços, desde que objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do Art. 65, Inciso II, alínea "d" da Lei 8.666/93, devendo ser formalizado através de ato administrativo.

7.9 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(Tx / 100)}{365}$$

Tx = IPCA (IBGE)

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

8.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no

termo de contrato e das demais cominações legais.

8.2 A Contratada ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I – advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;
- b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II – multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

- a) de **1%** (um por cento) sobre o valor contratual total, por dia de atraso na execução do objeto ou indisponibilidade do mesmo, limitada a 10% do mesmo valor;
- b) de **2%** (dois por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
- c) de **5%** (cinco por cento) do valor contratual total do exercício, pela recusa em corrigir qualquer serviço rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO**, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.3 No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 5 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do **item 8.2** supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no **inciso IV** do mesmo item.

8.4 O valor da multa aplicada deverá ser recolhido aos cofres do **MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO** no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e judicial.

8.5 As sanções previstas nos **incisos III e IV do item 8.2** supra, poderão ser aplicadas às empresa/entidades que, em razão do contrato objeto desta licitação:

- I – praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- II – demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;
- III – sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

8.6 As sanções previstas nos **incisos I, III e IV do item 8.2** supra poderão ser aplicadas juntamente com a do **inciso II** do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

8.7 A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de **5,00%** (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

As sanções previstas no **item 8.7** supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com este edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas decorrentes desta contratação, no valor total de R\$ _____
(_____) correrão à conta da dotação orçamentária:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO, com recursos previstos na seguinte classificação: Atividade 04.01.1212204022.013- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – Classificação Econômica 33.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA /. Fonte de Recursos: GOVERNO MUNICIPAL – FME

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: 04.02.1236112052.038 – MANUTENÇÃO DO E.F. FUNDEB 40%.
Classificação Econômica 33.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA /. Fonte de Recursos: FUNDEB 40%.

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO, com recursos previstos na seguinte classificação: Atividade 05.01.1012204022.043- MANUTENÇÃO DOS SERV. ADM. DA SECRETARIA DE SAÚDE – Classificação Econômica 33.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA /. Fonte de Recursos: GOVERNO MUNICIPAL.

SECRETARIA DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL: com recursos previstos na seguinte classificação: Atividade 06.01.0812204022.057 - MANUTENÇÃO DOS SERV. ADM. DA SECRETARIA DE TRAB. E AÇÃO SOCIAL. Classificação Econômica 33.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA /. Fonte de Recursos: GOVERNO MUNICIPAL

FUNDO GERAL

SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO : com recursos previstos na seguinte classificação: Atividade 03.01.0412304032.009- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO. Classificação Econômica 33.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA /. Fonte de Recursos: GOVERNO MUNICIPAL.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1 - O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no artigo 65 da Lei Nº 8.666/93, desde que haja interesse da Administração, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES.

11.1 - Este Contrato encontra-se subordinado a Legislação específica, consubstanciada na Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, e, em casos omissos, aos preceitos de direito público, teoria geral de contratos e disposições de direito privado.

11.2 - Fica eleito o Foro da cidade de SÃO BENEDITO, como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas deste Contrato, caso não sejam dirimidas amigavelmente.

11.3 - Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 04 (quatro) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

SÃO BENEDITO-CE, ____ de ____ de ____

SECRETARIA DE _____
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____
CPF _____

2. _____
CPF _____

ANEXO V
MODELO DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA

CARTA DE FIANÇA

1. FIADOR

Banco, com sede na cidade de, Estado, Endereço n.º, inscrito no CNPJ sob o n.º neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, doravante designado **Banco**.....

2. BENEFICIÁRIA

GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO - , doravante assim designada.

3. AFIANÇADA

Empresa com sede na Cidade de, Estado de Endereço n.º, inscrita no CNPJ n.º, doravante assim designada.

O Banco declara-se FIADOR E PRINCIPAL PAGADOR, solidariamente responsável com a AFIANÇADA qualificada no Quadro 3, até o limite de R\$, pelo cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias, referente à **GARANTIA DA PARTICIPAÇÃO NA TOMADA DE PREÇOS N.º 00.003/2017 - TP.**

Esta Fiança é prestada com expressa renúncia ao benefício de ordem previsto no artigo 827, "caput", combinado com o artigo 828, I, ambos do Código Civil Brasileiro, e vigorará pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar de

Na hipótese de inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas pela AFIANÇADA, o Banco..... efetuará o pagamento das importâncias que forem devidas, até o limite acima estipulado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento de comunicação escrita da BENEFICIÁRIA, remetida ao órgão responsável do Banco, localizado no Endereço, onde deverá ser protocolizada.

Decorridos 90 (noventa) dias da data de vencimento desta Fiança, e se durante esse período o Banco não tiver recebido da BENEFICIÁRIA Termo de Exoneração e/ou original da Carta de Fiança, ou, qualquer comunicação relativa ao inadimplemento da AFIANÇADA, esta Fiança será automaticamente extinta, independentemente de qualquer formalidade, aviso, notificação judicial ou extrajudicial, deixando, em consequência, de produzir qualquer efeito.

O Banco declara, ainda, que esta Carta de Fiança foi emitida de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, do seu estatuto social e que os seus signatários estão investidos dos poderes necessários.

Fica eleito para dirimir as questões oriundas desta garantia o Foro da cidade de São Benedito ou do local onde tiver sido expedida esta carta, a critério do autor da demanda judicial.

Esta Carta de Fiança é emitida em 01 (uma) única via.

....., de de

Banco

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

REF.: TOMADA DE PREÇOS – Nº 00.003/2017 - TP

Declaro para fins de participação em processo licitatório e sob penas da Lei, que _____, inscrita o CNPJ/ CPF sob Nº/ CPF nº _____, por intermédio de seu representante legal, infra assinado, DECLARA expressamente que até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local, ____ de ____ de ____

Nome do representante legal

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA FINS DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO

REF.: TOMADA DE PREÇOS – Nº 00.003/2017 - TP

DECLARAÇÃO

O Licitante-----, inscrita no CNPJ/MF/ OU CPF n.º-----, por intermédio de seu representante legal----- [qualificação], DECLARA, sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de São Benedito, Estado do Ceará, que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de **18 (dezoito)** anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de **16 (dezesesseis)** anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Local de _____ de _____

PROPONENTE
REPRESENTANTE LEGAL DA PROPONENTE
(Assinatura)